
Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Local: Campos Ipolon - Rua Alagoas, 2015 - Centro, sala 1008 – Londrina-PR

Data: 09 de maio de 2018

Horário: 13h30 (1ª convocação) – 13h45 (2ª convocação)

1 Aos nove dias do mês de maio de dois mil e dezoito, foi realizada a reunião ordinária do
2 Conselho Municipal de Assistência Social, no Campus Ipolon, sito a Rua Alagoas, 2015, sala
3 1008 - Centro, Londrina-PR. A reunião iniciou-se em segunda chamada, às treze horas e 45
4 minutos. Estiveram presentes o(a)s seguintes conselheiro(a)s: Nádia Oliveira de Moura,
5 Paulo Sergio Aragão, Rodrigo Eduardo Zambon, Amanda Boza Gonçalves Carvalho, Marcello
6 Pessa Miranda Lima, Josiani Severino dos Santos Nogueira, Maria Ines Louro, Claudia
7 Renata Favaro, Gisélia Duarte Dias Paulino, Luciana Ferreira Alvarez, Maria Ines Galvão de
8 Mello, Neusa Harumi Tiba, Maria Angela Santini, Cláudio Roberto Rufino, Claudemir Fattori,
9 Danilo Komar Silva, Juliana Rodrigues da Cruz Santos, Simone Leal Peres, Claudio Marcio
10 de Melo, Alisson Fernando Moreira Poças, Edna Luiza dos Santos, Angela Maria Zechim
11 Luziano da Silva, Rosana de Almeida Souza, Edna Costa de Oliveira, Leonardo Aparecido
12 Gomes. Justificaram a ausência os conselheiros: Tatiane Aparecida Fonte Pereira, Marina
13 Bertoncini de Andrade, Luana Garcia Campos, Liliâne de Fátima Lankaites, Adriana
14 Martinelli Casagrande, Valmirete Alves da Silva, Alvino dos Santos Murça (nome social
15 Vanessa). Estiveram presentes também os seguintes participantes: Tamara Regina Souza
16 Marques – Morada de Deus, Isadora Souza de Paula – Centro Educacional Marista Irmão
17 Acácio, Willian Felipe da Silva – Estágio em SS no MPPR, Hylcéya de Jesus F Palma – SME,
18 Liane Lima – Comissão 3º setor OAB Londrina, Renata Vasconcelos de Souza – Unifil,
19 Alexandra Ciotto Rodrigues Silva – Morada de Deus, Aurélio Caetano Silva- SMAS, Elizane
20 Alves C dos Santos – COL, Carlos da Silva – usuário, Alexsandra de Carvalho e Silva – Casa
21 de Apoio Madre Leonia, Daniella Parra – Provopar, Nilma de Assis Arruda – Provopar, Adriana
22 Fábila Zaganini Paschoal – Associação Flávia Cristina, Janaina Arruda Messias - ESPRO.
23 Neusa Harumi Tiba, presidente do CMAS, iniciou a reunião cumprimentando a todos e
24 apresentando a pauta proposta para a reunião. **1. Recomposição da comissão de
25 acompanhamento para análise dos Planos e relatórios das entidades para fins de
26 manutenção da inscrição no CMAS; 2. Apresentação do diagnóstico da operação noite
27 fria e deliberação quanto ao edital de Chamamento; 3. Deliberação para formalização
28 do Aditivo ao termo de colaboração para o repasse de recursos referente aos meses de
29 novembro e dezembro de 2018; 4. Relato de Comissões; 5. Mutirão do Cadastro Único;
30 6. Apresentação Plano Municipal e Intersectorial do Enfrentamento as IST/AIDS; 7.
31 Informes.** A pauta foi aprovada sem alterações. Informou que a reunião do dia 23 de maio
32 será transferida para o dia trinta do corrente mês devido a participação de conselheiros na
33 reunião descentralizada do Conselho Nacional de Assistência Social em Porto Alegre,
34 informou também que não há ata para aprovação uma vez que ainda não foi finalizado a
35 elaboração do relato da última reunião e solicitou que seja enviado com urgência. **2.
36 Recomposição da comissão de acompanhamento para análise dos Planos e relatórios**

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

37 **das entidades para fins de manutenção da inscrição no CMAS:** a presidente explicou
38 que anualmente, no mês de abril, todos que tem a inscrição neste conselho precisam
39 entregar o Relatório do que realizou no ano anterior e o Plano de Ação do ano corrente. No
40 dia 30 de abril, finalizou o prazo de entrega dos respectivos documentos e precisamos
41 analisar todos estes documentos para fins de deliberação quanto a manutenção das
42 respectivas inscrições para 2018. A proposta é que a comissão de inscrição e Comissão de
43 Acompanhamento de Serviços e Avaliação de Projetos e Programas possam se unir e ainda
44 incluir outros conselheiro(a)s para realizar a análise dos respectivos documentos. Diante
45 disso, os conselheiro(a)s Claudio Marcio de Melo, Luciana Ferreira Alvarez, Neusa Harumi
46 Tiba, Renata Gomes Simões, Juliana Rodrigues da Cruz Santos, Leonardo Aparecido Gomes
47 se colocaram à disposição para realizar o trabalho. A presidente solicitou que a análise seja
48 realizada até o final do mês de maio para que a conclusão possa ser apresentada na próxima
49 reunião ordinária. **3. Apresentação do diagnóstico da operação noite fria e deliberação**
50 **quanto ao edital de Chamamento:** a Diretora de Gestão da proteção Social Especial Josiani
51 Severino Nogueira dos Santos relatou que no Bom Samaritano, das 50 metas, diariamente
52 são disponibilizados 02 (duas) vagas; na Casa masculina da Morada de Deus, das 21 metas,
53 tem sido disponibilizado média de 1 (uma) vaga diariamente; na casa feminina da Morada de
54 Deus tem 20 metas e não há vagas disponíveis. O Serviço de Abordagem Social fez um
55 diagnóstico que cerca de 130 pessoas durante o mês foram abordadas mas não haviam
56 vagas nos acolhimentos. Informou que a demanda reprimida existente hoje é de 19 vagas
57 para mulheres e 204 para homens. Diante disso, a diretora propôs edital de chamamento
58 para Operação Noite Fria com disponibilização de 64 vagas, sendo 60 (sessenta) vagas para
59 homens e 04(quatro) vagas para mulheres, no período de junho a outubro de 2018. A
60 proposta foi aprovada pela plenária. A seguir o Gerente de Gestão de Convênios Aurélio
61 Caetano da Silva solicitou também a deliberação da proposta de edital de chamamento para
62 co-financiamento de Serviços de Acolhimento a pessoas idosas de longa permanência com
63 recurso Federal no valor de R\$ 8.288,28 que foi aprovada pela plenária. Informou também
64 que será publicado o edital de chamamento para co-financiamento para a rede de Serviço de
65 Convivência e Fortalecimento de Vínculos com recurso Federal no valor de R\$ 167.000,00
66 com recursos do fia/CEDCA. O Gerente trouxe a proposta do edital de chamamento referente
67 a deliberação do CMAS na reunião extraordinária do dia 02 de maio: a proposta de edital de
68 chamamento para 02 (duas) Casas República destinado para atendimento de 06 (seis)
69 jovens em cada unidade no valor R\$ 809,13/ meta; 01 (uma) república para 10 (dez) adultos,
70 no valor de R\$ 735,21/meta; e Casa República para 10 (dez) beneficiários do Benefício de
71 Prestação Continuada – BPC, no valor de R\$ 702,69/meta. Destacou que os termos de
72 colaboração têm o período de vigência de junho a dezembro de 2018. A plenária aprovou a
73 proposta do edital de chamamento. **4. Deliberação para formalização do Aditivo ao termo**
74 **de colaboração para o repasse de recursos referente aos meses de novembro e**
75 **dezembro de 2018 :**o Gerente de Gestão de Convênios Aurélio Caetano da Silva apresentou
76 a proposta de formalização do aditivo ao Termo de Colaboração em vigência para o repasse

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

77 referente aos meses de novembro e dezembro de 2018, uma vez que na ocasião da
78 realização do chamamento em 2017, a previsão orçamentária disponível era até o mês de
79 outubro de 2018 e posteriormente foi efetivado uma emenda para complementação da
80 previsão orçamentária para viabilizar recursos necessários para aditivar o repasse relativo
81 aos dois meses para conclusão do exercício de 2018. A plenária aprovou a proposição. O
82 gerente ainda solicitou a deliberação quanto a proposta de aditivo ao Termo de Colaboração
83 firmado com a Casa de Maria para redução de 10 metas de atendimento de adolescentes.
84 Relatou que não há mais adolescentes na unidade casa Lar de atendimento a crianças e
85 adolescentes da Casa de Maria e informou que faz-se necessário abrir edital de chamamento
86 para estas 10 metas. A psicóloga Angela da Casa de Maria relatou que na ocasião da
87 transferência do serviço do Pão da Vida para a Casa de Maria, a estrutura do imóvel do
88 Residencial do café estava bem deteriorada e o índice de evasão dos adolescentes era muito
89 grande. Com a mudança do serviço para um imóvel do Jardim Alvorada, não teve mais
90 ocorrências de evasão. No entanto, surgiram muitos problemas no entorno, gerados pelo uso
91 de substâncias psicoativas por parte dos adolescentes e ficou inviável a manutenção da Casa
92 Lar naquela localidade. Alguns adolescentes foram remanejados para a casa de passagem e
93 foi constatado que houve mudanças de comportamento por parte dos adolescentes, uma vez
94 que não tem mais aquele estereótipo de identificação do adolescente pelo “perfil da unidade
95 de atendimento”. O conselheiro Claudio Marcio de Melo relatou que realizou visita na referida
96 unidade de atendimento enquanto membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e
97 do Adolescente e confirmou toda situação relatada pela Psicóloga Angela. A presidente
98 solicitou informações se ainda há crianças ou adolescentes na referida unidade. A Psicóloga
99 Angela informou que a casa está vazia, pois todos tiveram encaminhamentos, com o
100 acompanhamento do Judiciário. A plenária aprovou a proposta de aditivo com redução das
101 metas do Termo de Colaboração formalizado com a Casa de Maria, bem como publicar o
102 edital de chamamento para as respectivas metas para não ocorrer prejuízo no atendimento
103 as crianças e adolescentes em Casa lar. **5. Relato de Comissões:** pela **Comissão de**
104 **Fundo** a conselheira Juliana relatou sobre a necessidade de destinação dos 3% de recursos
105 do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família para pagamento de
106 despesas com capacitação de conselheiros e participação em reuniões e eventos em outras
107 localidades como é o caso da reunião ampliada do Conselho Nacional de Assistência Social-
108 CNAS que será realizado em Porto Alegre e a participação de conselheiros na capacitação
109 sobre orçamento público em Brasília, ainda no mês de maio. O valor solicitado é de R\$
110 19.000,00 e a plenária entendeu que sendo recurso previsto para o CMAS, não é necessário
111 a deliberação, apenas o informe e a apresentação da prestação de contas do respectivo
112 recurso. A conselheira Juliana solicitou ao Gerente de Gestão de Convênios que apresente o
113 relato sobre a situação constatada na prestação de contas apresentada pelo PROVOPAR
114 referente ao Termo de Convênio findado em dezembro de 2017. O Gerente informou que
115 após análise da prestação de contas, foi identificado a necessidade da devolução de R\$
116 910.030,40 ao cofre do Município e foi gerado boleto para que a instituição possa efetuar a

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

117 devolução. O referido boleto venceu no dia 08/05 e caso a instituição não tenha efetivado o
118 depósito, a mesma ficará sem a certidão da Controladoria Geral do Município e, isto será
119 impedimento para a realização do repasse de recursos. A assessora da Secretária Nádia –
120 Karen Ikeda relatou que o PROVOPAR teve dificuldade em cumprir os compromissos
121 acordados no Termo de Ajustamento e Conduta e não conseguiu dar conta do passivo. Esta
122 situação foi informada para a advogada do Sindicato, inclusive que sem certidão a Prefeitura
123 não poderá repassar o recurso previsto no cronograma. Informou ainda que a instituição não
124 conseguiu concluir o preenchimento do Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de
125 Contas do estado do Paraná - SIT/TCE. Diante disso a instituição não terá a Certidão para
126 receber o recurso referente ao Termo de Colaboração em vigência. A assessora ponderou
127 que diante deste contexto todas as ideias precisam ser consideradas para buscar a resolução
128 da situação. O conselheiro Paulo Aragão alertou que a situação ora apresentada está para
129 além das metas a serem reduzidas ou transferidas para outras instituições. O conselheiro
130 Claudio Marcio de Melo lembrou que a Guarda Mirim de Londrina sofreu processo de
131 intervenção e hoje se encontra organizada e funcionando corretamente e enfatiza que deve
132 fazer o que é necessário legalmente e cuidar para não desconsiderar uma instituição que tem
133 história em Londrina. A Secretária Nádia relatou que desde 2017, vem enfrentando problemas
134 para viabilizar o pagamento das parcelas e disse que tudo que foi possível legalmente foi
135 feito, inclusive a municipalização de 3 Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, a
136 gestão do cupom emergencial e os cadastradores do Cadastro Único no final de 2017. Neste
137 momento a grande preocupação é com as 1235 crianças e adolescentes atendidos na
138 modalidade I e II no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e nos funcionários
139 que prestam os serviços tanto neste serviço, bem como na Inclusão Produtiva. A Assistente
140 Social Daniela do PROVOPAR relatou que até hoje suas amigas estão desempregadas e que
141 a atual diretoria vem tentando buscar recursos para honrar a dívida parcelado e cobrou
142 transparência nas discussões. A conselheira Juliana da comissão de fundo trouxe a
143 proposição da comissão de fundo diante da situação do PROVOPAR: solicitar Plano de
144 providências para a Secretaria de Assistência Social e PROVOPAR, realizar visitas da
145 comissão de acompanhamento nas unidades de atendimento; realizar sondagem com as
146 instituições quanto a possibilidade de aceitar as metas. A plenária deliberou pela aprovação
147 das proposições. O presidente da Alia – sr. Ronildo Lima manifestou sobre o assunto dizendo
148 que as entidades estão sendo criminalizadas assumindo as responsabilidades do estado. O
149 conselheiro Paulo Aragão considerou que todo processo de assumir o serviço que é de
150 responsabilidade do Estado traz conflitos e dificuldades. O conselheiro Alisson se manifestou
151 evocando o direito das crianças e adolescentes como prioridade absoluta e pela não redução
152 das metas hoje operacionalizada pela PROVOPAR. O conselheiro Claudio Roberto Rufino
153 esclareceu que toda a entidade que recebe recursos públicos tem o dever de prestar contas e
154 estar em dia com as certidões, conforme disposto no artigo 25 da Lei de Responsabilidade
155 Fiscal. Assim, diante das irregularidades apresentadas pelo Gerente da SMAS que foi
156 apontado pela auditoria da Controladoria Geral do Município não cabe a este conselho opinar

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

157 sobre o pagamento da entidade, porém, seguir as orientações da Procuradoria Geral do
158 Município e da Controladoria Geral do Município. O conselheiro perguntou qual a razão para
159 a realização da visita proposta pela comissão. A presidente do conselho relatou que realizou
160 visita em todas as unidades do Viva Vida e avalia a importância da comissão de
161 acompanhamento conhecer como está sendo executado os serviços, a realidade dos
162 territórios onde estão sediados os serviços, sejam elas governamentais ou não
163 governamentais, uma vez que isto consta enquanto atribuição do Conselho, ou seja, o efetivo
164 controle social do recurso investido e os resultados gerados. A conselheira Amanda Boza
165 Gonçalves fez a proposição das gestoras dos termos de colaboração enviar o relatório ao
166 CMAS para que os membros da comissão de acompanhamento possam ter conhecimento
167 prévio das situações para realização das visitas “in loco”. A conselheira Juliana esclareceu
168 sobre a preocupação do conselheiro Alisson, informando que a comissão está propondo a
169 redução das metas da Instituição PROVOPAR, transferindo para outras instituições para
170 garantir a continuidade do atendimento ao público hoje que frequentam os respectivos
171 serviços. A conselheira Luciana Alvarez alertou que nesse caso precisará buscar todas as
172 alternativas, inclusive se há alguma possibilidade da instituição manter os serviços para não
173 interromper o atendimento as crianças e adolescentes. O conselheiro Marcello Miranda
174 explanou que a instituição declarou interesse em realizar o serviço na ocasião do
175 chamamento e para isso vem recebendo o recurso. Mas alerta que no item 4 do quadro
176 apresentado pelo Gerente de Gestão de Convênios para a comissão de Fundo, consta um
177 problema gravíssimo e devido a tais irregularidades a Secretaria de Assistência Social não
178 poderá repassar o recurso. A Comissão de Fundo solicitou ponto de pauta fixa para fins de
179 deliberação dos assuntos tratados em reuniões da comissão e foi aprovada pela plenária.
180 Dando continuidade no relato das comissões, a **Comissão de Acompanhamento do**
181 **PBFamília e de Benefícios Socioassistenciais** fez a apresentação da prestação de contas
182 do mutirão do Cadastro Único realizado pela equipe da Secretaria de Assistência Social nos
183 dias 28 de abril e 05 de maio. A Gestora do Programa Bolsa Família Renata Favaro, enfatizou
184 que o mutirão é uma ação emergencial com prazo de encerramento no semestre para
185 atender a demanda reprimida gerado no período de transição ocorrida nos meses de janeiro
186 e fevereiro deste ano. Relatou que no dia 28 de abril, foi realizado mutirão no CRAS Centro B
187 e no CRAS Oeste B. No centro B foi efetivado cadastros de 97 famílias e no CRAS Oeste B
188 foi efetivado cadastro de 84 famílias. No dia 05 de abril foi realizado mutirão no CRAS Sul A e
189 na sede do Transrenda (na rua Iporã) para atender o público do CRAS Rural. No CRAS Sul
190 A foram efetivados o cadastro de 88 famílias e do CRAS rural foram efetivados cadastros de
191 90 famílias. Portanto nestes dois dias de atendimento, foram atendidas 359 famílias
192 totalizando até o momento 714 famílias atendidas no mutirão desde o início da ação. A
193 comissão propõe a liberação de R\$ 15.000,00 para a próxima etapa agendada para os dias
194 12 de maio (CRAS norte A e CRAS norte B) e no dia 26 de maio (no CRAS norte A e CRAS
195 leste). A plenária aprovou a destinação do recurso para pagamento de horas extras para
196 mutirão, considerando a demanda existente, a lista dos grupos de famílias cadastradas que

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

197 estão em averiguação e a lista de famílias cadastradas que estão em revisão cadastral que
198 somam 3.000 (três mil) famílias, cujo impacto já ocorre no mês de maio, inclusive com
199 cancelamento de cadastros. Já foram cancelados 400 cadastros. Prosseguindo, a gestora
200 também solicitou a liberação de recursos do IGD/PBF, para pagamento de 04 (quatro)
201 estagiários de Pedagogia para atuarem no projeto intersetorial para atendimento de crianças
202 em situação de risco das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Relatou que esse
203 projeto será desenvolvido em 4 (quatro) localidades de forma regionalizado (norte, sul, leste e
204 oeste) para atendimento a crianças nascidos entre 01/04/2013 a 31/03/2014 no período de
205 junho a dezembro de 2018. A plenária deliberou pela aprovação da proposta com abstenção
206 dos conselheiros Claudio Marcio de melo e Juliana Rodrigues da Cruz Santos. Tendo em
207 vista que a reunião ultrapassou o horário previsto para o encerramento e a impossibilidade de
208 alguns conselheiros permanecerem na reunião, foi proposto ao grupo responsável pela
209 apresentação **do Plano Municipal e Intersectorial do Enfrentamento as IST/AIDS** para
210 apresentarem na reunião extraordinária do dia 14 de maio logo após a eleição complementar
211 e foi aceito. **6. Comissão de inscrição:** a presidente Neusa fez o relato referente ao pedido
212 de inscrição da entidade Morada de Deus, pontuou que após análise da referida comissão a
213 mesma se manifestou favorável pela manutenção da inscrição. A plenária aprovou pela
214 manutenção da inscrição Centro de Assistência e Recuperação de Vidas Morada de Deus. **7-**
215 **Informes:** A Diretora de Proteção Social especial da Secretaria de Assistência Social Josiani
216 Nogueira informou que no dia 18 de maio na Câmara Municipal, as 8h será realizado
217 palestras alusivos a semana de Combate a Violência contra Crianças e Adolescentes,
218 promovido pela Secretaria de Assistência Social e rede intersectorial GIACA; no dia 19
219 acontecerá o ato público no calçadão com caminhada até a Concha Acústica com várias
220 apresentações promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
221 e o Sistema de Garantia de Direito; dia 25 de maio no auditório do CESA/Uel será realizado
222 evento para tratar sobre Pessoas em Situação de Rua , promovido pelo Ministério Público,
223 Universidade Estadual de Maringá – UEM e Universidade Estadual de Londrina – UEL.
224 Registre-se que a lista de presença é documento integrante desta ata. A reunião foi
225 encerrada às 16h00min, sendo o que havia a ser relatado, eu, Edna Costa de Oliveira,
226 primeira Secretária deste Conselho, redijo a presente ata desta reunião ordinária que será
227 encaminhada para apreciação e aprovação.